



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO**



**REQUERIMENTO N.º RQ 3477/2018**

**(Do Sr. Deputado DELMASSO)**

**L I D O**  
Em. 11.04.18  
Secretaria Legislativa

**Requer o encaminhamento de pedido de informações à Secretaria de Estado Educação, sobre o motivo pelo qual escolas públicas estão recebendo livros e repassando-os para crianças, com o teor inconstitucional.**

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:**

Requeiro, com fundamento no artigo 60, inciso XXXIII da Lei Orgânica do Distrito Federal, e art. 15, inciso III; art. 39, § 2º, inciso XII e art. 40 ambos dispositivos do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, solicitar a Secretaria de Estado de Educação, por intermédio da Mesa Diretora, informações sobre o motivo pelo qual escolas públicas estão recebendo livros e repassando-os para crianças, com o teor inconstitucional.

76221894  
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

**JUSTIFICAÇÃO**

Setor Protocolo Legislativo

RQ N° 3477/2018

Folha N° 01 Taula

Como é de conhecimento público existe um grande debate no Brasil sobre outras propostas de apresentação para as crianças e adolescentes nas escolas de temas relacionados a comportamentos sexuais especiais (homossexualidade, bissexualidade, transsexualidade, etc.), bem como questões relativas à sexualidade humana adulta. @



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO**



Recebi por mensagem a reclamação da senhora Jennyfer Lohayne que explanou:

*"Me chamo Jennyfer Lohayne, a tempos acompanho sua luta em prol da família cristã, em um lugar que temos cada vez menos voz, o senhor tem sido nossa voz e ouvidos por isso te agradeço. Contudo fiquei estarecida ao receber o material didático do meu filho de 6 anos que estuda na escola classe 64 de Ceilândia Sul."*

*"Ficamos reféns de um sistema como esse. Imagine que tipos de coisa ensinam a nossas crianças. Francamente acho absurdo ensinar esse tipo de coisas pra crianças e sinceramente não confio no sistema público de ensino. De modo que me pergunto o que pode ser feito?!" Livro: Ciências-A conquista - ciências humanas e da natureza, 2º ano-PNLD 2016 Godoy, Leandro Pereira de (FTD, 2015-12-28).*

É incoerente que os estudantes do Distrito Federal crianças e adolescentes em processo de formação, sejam induzidos a ler e a duvidar da identidade familiar, na fase mais crítica do seu desenvolvimento psíquico e social.

A metodologia de ensino adotada pelo governo não pode ser perversa, não pode se esconder atrás da bandeira de combate ao preconceito para, na verdade, fazer apologia à homossexualidade.

Nas escolas deve ter um grande trabalho de combate ao preconceito sem agredir a identidade biológica das nossas crianças e sem destruir a imagem da família como tem acontecido no Brasil. No nosso país está havendo uma verdadeira guerra contra a família instituída.

De acordo com a Constituição Federal Brasileira aduz que:

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

Setor Protocolo Legislativo  
RD Nº 3477 / 2018  
Folha Nº 02 Paula



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO**



A imposição de ensino forçado em confronto à composição familiar entre homem e mulher nas escolas do DF, não apenas afronta à liberdade de consciência e de crença dos professores e dos estudantes inserido no art. 5º, VI, da Constituição Federal, como usurpa clamorosamente o direito da família a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.

A Convenção Americana de Direitos Humanos determina que é direito da família a formação moral e religiosa de seus filhos (art. 12,4), e o Supremo Tribunal Federal reconhece a eficácia jurídica desta norma no Brasil.

De acordo com o Código Civil, a família têm a responsabilidade de sustento material e moral de seus filhos, assim como compete a eles a sua criação e educação (art. 1.634, I), até porque é ônus dos pais arcar civilmente com o pagamento de indenização pelos atos danosos a terceiros que os filhos praticarem. (art. 932,I).

Por outro lado, a responsabilidade das instituições de ensino é objetiva e independe de culpa. Assim, quem violar inclusive professores, por qualquer meio, o direito dos pais na formação moral de seus filhos, pode ser processado por dano moral, sem prejuízo da ação civil por eventuais danos à formação psicológica da criança, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente exige que toda publicação ou informação dirigida a crianças, inclusive livros didáticos, respeite os valores éticos da família (art. 79), dada sua fragilidade psicológica, reconhecida e protegida pela Constituição Federal (art. 21, inciso XVI e art. 220 §3º, inciso I).

Anote-se que toda a rede de ensino (pública ou privada) é subordinada aos princípios anteriormente descritos, inclusive os preconizados pela Constituição Federal e Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional (lei federal nº 9.394/96), sendo passíveis de controle e repreensão jurisdicional. Vale ressaltar ainda que no ano de 2015 foi aprovado o Plano Distrital de Educação (lei distrital nº 5.499/2015), no qual a Câmara Legislativa do Distrito Federal, por meio de emendas de autoria do bloco que lidero, retirou toda citação à questão vinculativa da ideologia de gênero. ◊



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO**



Precisamos impor, que toda rede de ensino do Distrito Federal, se abstenham de apresentar, ministrar, ensinar, ou por outra forma, qualquer dos temas relativos a outras formas de constituição familiar que vai contra a Carta Magna, sem o prévio e expresse consentimento do responsável legal, respeitando o direito legal da família na formação moral do infante, assim como para que seja o mesmo respeitado em sua fragilidade psicológica e condição de pessoa em desenvolvimento.

Ressaltamos ainda que o requerimento também é útil para que os professores se protejam de políticas públicas e materiais didáticos ilegais e abusivos.

Ademias, o art. 60, inciso XXXIII, da LODF estabelece como sendo de competência desta Casa de Leis o encaminhamento, por intermédio da Mesa Diretora, de requerimento de informações aos Secretários de Estados e demais órgãos do Distrito Federal, implicando crimes de responsabilidade, nos termos da legislação pertinente, a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como o fornecimento de informação falsa.

Bem como, é certo que ao Poder Legislativo compete exercer a função típica de legislar, bem como a função fiscalizatória, sendo que esta última compreende a fiscalização e o controle dos atos públicos, seja por intermédio de requerimentos de informação, convocação de autoridades e investigações parlamentares.

A Lei Orgânica do Distrito Federal, no seu art. 60, inciso XVI, dispõe *in verbis*:

**Art. 60. Compete, privativamente, à Câmara Legislativa do Distrito Federal:**

[...]

**XVI – fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração Indireta;**

Setor Protocolo Legislativo

RQ N° 3477/2018

Folha N° 04 *Paula*



## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO



O Regimento Interno da CLDF também é claro sobre a competência do parlamentar em fiscalizar os atos do Poder Executivo no seu art. 15, inciso III, *in verbis*:

**Art. 15. O exercício do mandato do Deputado Distrital inicia-se com a posse, cabendo-lhe, uma vez empossado:**

**[...]**

**III – encaminhar, por intermédio da Mesa Diretora, pedidos escritos de informação ou providências;**

Neste acompanhamento e controle deve-se observar a função fiscalizadora desta Casa de Leis, e o presente Requerimento busca efetivar a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do Distrito federal, conforme estatui o art. 77 da LODF:

**Art. 77. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Distrito Federal e das entidades da administração direta, indireta e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Legislativa, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.**

**Parágrafo único.** Deve prestar contas qualquer pessoa física ou jurídica pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Distrito Federal responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária.

A transparência é requisito essencial para que se opere a boa governança. Nesse sentido, se torna imprescindível que as Secretarias de Estado e demais Órgãos do Distrito Federal prestem informações a fim de que seja avaliada se o sistema de gestão demonstra eficiência ou se necessita de ajustes.

Nesse sentido o pedido de informação faz-se necessário, tendo em vista que este Parlamentar, em suas funções fiscalizatórias, precisa vigiar de maneira incisiva todos os materiais que estão chegando às escolas do Brasil. Deixando claro que não é combate a homofobia, é combate a imposição inconstitucional,



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO**



desrespeitando a identidade biológica das nossas crianças e usando verbas públicas para destruir essa geração.

Em face do delineado, rogo o auxílio dos nobres Parlamentares no sentido de ser aprovada a presente Proposição.

Sala das Comissões, em

  
**Deputado DELMASSO**  
**Autor**

Setor Protocolo Legislativo

RD Nº 34771/2018


Folha Nº 06 *Paula*

**Assunto:** Distribuição do Requerimento nº 3.477/18.

**Autoria:** Deputado (a) Delmasso (PRB)

Ao SPL para indexações, em seguida ao Gabinete da Mesa Diretora para as providências de que trata o Art. 40, I do Regimento Interno, observado o prazo disposto no § 2º do mesmo artigo.

Em 12/04/18



---

MARCELO FREDERICO M. BASTOS  
Matrícula 13.821  
Assessor Especial